

Devedores vão a Caracas

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Carlos Andrés Pérez assume seu segundo mandato presidencial na Venezuela no próximo dia 2 — ele ocupou anteriormente a presidência no período 1974/79 —, mas já se comporta como um dos principais líderes dos países devedores na busca de uma solução para a questão da dívida externa da América Latina.

“Se não buscarmos uma solução rápida neste ano de 1989 para o problema, logo os países credores se encontrarão com nações que irão progressivamente caindo em moratórias, produto do esgotamento de nossas economias, até que a situação desemboque em uma paralisação total de pagamentos.”

A declaração foi dada por Pérez a este jornal, no sábado, pouco antes do encontro que tinha agendado com o presidente José Sar-

ney, com quem conversou reservadamente por mais de uma hora. Sarney aceitou o convite para comparecer à cerimônia de posse do novo mandatário da Venezuela e ontem mesmo o Palácio do Planalto informava sobre a revisão de sua agenda: ele viajará para Caracas no dia 1º de fevereiro e voltará no dia 3.

Sarney terá tempo, portanto, de participar do café da manhã que Pérez irá promover, na manhã do dia 3, justamente para os mandatários dos países que formam o Grupo dos Oito.

O café da manhã terá caráter de reunião informal, mas existe a expectativa de que dele surja pelo menos o esboço do documento oficial dos presidentes latino-americanos — além do Brasil, os presidentes da Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia devem estar presentes — tomando por base os princípios negociados em dezembro, durante a



Carlos Andrés Pérez

reunião dos ministros da Fazenda, no Rio de Janeiro.

Pérez, que ficou no Brasil por apenas um dia, disse que são três os pontos básicos do documento redigido no Rio de Janeiro: rebaixamento do estoque da dívida, pelo valor do desconto negociado no mercado secundário internacional; necessidade de juros compatíveis com a economia dos países endividados; e novos fluxos de dinheiro para a região. Nesse ponto, o presidente eleito da Venezuela colocou um fato que representa uma revisão da posição que ele mesmo defendia anteriormente.

Ele está admitindo a imposição de condicionalidades, da parte dos credores, no que diz respeito ao fluxo do dinheiro novo. “Os condicionamentos significariam garantias para que os novos recursos sejam realmente empregados nos projetos para os quais o financiamento é solicitado e sejam manejados de maneira racional.”

Pérez propõe uma saída negociada para o caso da dívida e assegura que uma estratégia de suspensão su-

cessiva de pagamentos por parte dos vários países devedores como meio de pressão não é mais indicada. “Seria uma loucura”, disse ele, atentando que no caso da Venezuela a decisão tomada no início deste ano, pela qual se interrompeu o pagamento do principal da dívida externa do setor público (o montante devido neste ano está calculado em US\$ 1,6 bilhão), resultou de uma necessidade real.

(Ver página 2)

Os títulos da dívida da Venezuela caíram quase 2 pontos na semana passada, para 38-39 centavos por dólar, em razão do anúncio, feito pelo presidente Jaime Lusinchi, de suspensão do pagamento do serviço da dívida do setor público, de US\$ 21,6 bilhões, abrangendo o acordo de reescalonamento feito em 1986.

(Ver página 18)